

No. 40989

**Brazil
and
Mozambique**

Arrangement in the field of public security, supplementary to the General Agreement on co-operation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique. Brasília, 31 August 2004

Entry into force: *31 August 2004 by signature, in accordance with article 8*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 2 February 2005*

**Brésil
et
Mozambique**

Arrangement dans le domaine de sécurité publique, complémentaire à l'Accord général de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique. Brasília, 31 août 2004

Entrée en vigueur : *31 août 2004 par signature, conformément à l'article 8*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 2 février 2005*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Moçambique
(adiante designados “Partes Contratantes”),

Considerando os propósitos expressos no Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, a 15 de setembro de 1981;

Tendo em conta ainda o Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica, Educacional, Científica e Tecnológica na Área da Segurança Pública, assinado a 20 junho de 2001;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação;

Considerando que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes Contratantes no campo da Segurança Pública, com base no mútuo benefício e reciprocidade,

Ajustam o seguinte:

TÍTULO I
Do Objeto

ARTIGO 1

O presente Ajuste Complementar é feito sob a égide do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, de 15 de setembro de 1981, em vigor desde 8 de junho de 1984, e visa como objeto a cooperação entre as Partes Contratantes no domínio da Segurança Pública.

ARTIGO 2

A cooperação no domínio da Segurança Pública compreenderá:

- a) coordenação de estratégias e troca de informações sobre programas nacionais referentes à prevenção e combate ao crime;
- b) estabelecer cooperação técnica no domínio da política nacional de segurança pública orientada pela experiência brasileira da implantação do Sistema Único de Segurança Pública;
- c) ações de formação de pessoal, em especial, ações de capacitação de docentes e formação de formadores;
- d) ações de cooperação no domínio de implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e Informações de Segurança Pública e Justiça Criminal;
- e) ações de cooperação no domínio de implantação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal;
- f) ações de cooperação no domínio de implantação do Sistema de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal;
- g) ações de cooperação no domínio de implantação do Sistema de Elaboração de Diagnósticos de Segurança Pública e Justiça Criminal;
- h) realização de estudos visando a modernização da área de gestão das instituições de segurança pública.

TÍTULO II Da Execução

ARTIGO 3

1. Os termos da cooperação a desenvolver em cada uma das modalidades previstas no presente Ajuste Complementar serão definidos, caso a caso, em projetos a serem aprovados pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

2. Os citados projetos deverão ser materializados sob a forma de documentos de projeto e serão considerados como fazendo parte integrante do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO 4

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça como responsável pela execução das ações decorrentes do Artigo 2 do presente Ajuste Complementar;
- b) a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO 5

O Governo da República de Moçambique designa:

- a) o Ministério do Interior como responsável pela execução das ações decorrentes do Artigo 2 do presente Ajuste Complementar;
- b) o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

TÍTULO III Dos Relatórios

ARTIGO 6

As Partes Contratantes, por intermédio de seus executores, elaborarão relatórios informativos sobre o avanço e os resultados obtidos com base no presente Ajuste Complementar.

TÍTULO IV
Da Regulamentação

ARTIGO 7

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar serão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Moçambique.

TÍTULO V
Da Vigência

ARTIGO 8

O presente Ajuste Complementar entra em vigor na data da sua assinatura e permanecerá válido até ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses após a data em que a notificação, por via diplomática, tiver sido recebida pela outra Parte Contratante.

TÍTULO VI
Das Modificações e das Emendas

ARTIGO 9

As Partes Contratantes podem, de comum acordo e por notificação, modificar ou emendar o presente Ajuste Complementar.

TÍTULO VII
Da Denúncia

ARTIGO 10

A denúncia do presente Ajuste Complementar não afeta os projetos que se encontrem em execução, salvo quando as Partes Contratantes estabelecerem o contrário.

TÍTULO VIII
Das Disposições Gerais

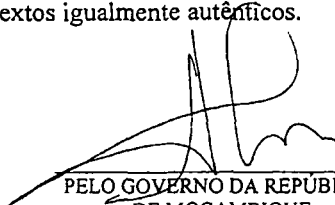
ARTIGO 11

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, de 15 de setembro de 1981

Feito em Brasília, em 31 de agosto de 2004, em dois exemplares originais, em português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE MOÇAMBIQUE
ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE
Ministro para Assuntos de
Defesa e Segurança e Minis_
tro do Interior

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT IN THE FIELD OF PUBLIC SECURITY, SUPPLEMENTARY
TO THE GENERAL AGREEMENT ON COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering the aims set out in the General Agreement on Co-operation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique, signed at Brasflia, on 15 September 1981,

Taking also into account the Protocol of Intent between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique on Technical, Educational, Scientific and Technological Cooperation in the Field of Public Safety, signed on 20 June 2001,

Determined to develop and deepen their relations of cooperation,

Considering that it is desirable to encourage cooperation between the Contracting Parties in the field of public security, on the basis of mutual benefit and reciprocity,

Have agreed as follows:

TITLE I. SCOPE OF THE AGREEMENT

Article 1

The present Supplementary Agreement is made pursuant to the General Agreement on Co-operation between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Mozambique, signed on 15 September 1981 and in force since 8 June 1984, to promote cooperation between the Contracting Parties in the field of public security.

Article 2

Cooperation in the field of public security shall entail the following:

- (a) Coordination of strategies and exchange of information concerning national programmes on preventing and combating crime;
- (b) Technical cooperation in the field of national public security policy based on the experience of Brazil in setting up the single public security system;
- (c) Training courses for personnel, in particular teacher training and training for trainers;
- (d) Cooperation in the establishment of a national system for the management of knowledge and information on public security and criminal justice;

- (e) Cooperation in the establishment of a national system of public security and criminal justice statistics;
- (f) Cooperation in the establishment of a system of applied research in public security and criminal justice;
- (g) Cooperation in the establishment of a system of review of public security and criminal justice;
- (h) Studies on modernizing the management of public security institutions.

TITLE II. IMPLEMENTATION

Article 3

1. The terms of the cooperation to be pursued in each of the areas provided for in the present Supplementary Agreement shall be defined, on a case-by-case basis, in projects to be approved by the competent authorities of the Contracting Parties.

2. The aforementioned projects shall be embodied in project documents and shall be considered to be an integral part of the present Supplementary Agreement.

Article 4

The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates:

(a) The National Department of Public Security of the Ministry of Justice as the entity responsible for implementing the actions undertaken pursuant to article 2 of the present Supplementary Agreement;

(b) The Brazilian Cooperation Agency (ABC) as the entity responsible for coordinating, monitoring and evaluating the actions undertaken pursuant to the present Supplementary Agreement.

Article 5

The Government of the Republic of Mozambique hereby designates:

(a) The Ministry of the Interior as the entity responsible for implementing the actions undertaken pursuant to article 2 of the present Supplementary Agreement;

(b) The Ministry of Foreign Affairs and Cooperation as the entity responsible for coordinating, monitoring and evaluating the actions undertaken pursuant to the present Supplementary Agreement.

TITLE III. REPORTS

Article 6

The Contracting Parties, represented by their implementing agencies, shall prepare reports describing the progress and results achieved on the basis of the present Supplementary Agreement.

TITLE IV. REGULATION OF ACTIVITIES

Article 7

All the activities referred to in this Supplementary Agreement shall be governed by the legislation and other regulations in force in the Federative Republic of Brazil and in the Republic of Mozambique.

TITLE V. VALIDITY

Article 8

The present Supplementary Agreement shall enter into force on the date of its signature and shall remain valid unless terminated by either Contracting Party. Such termination shall take effect 6 (six) months after the date on which notification is received by the other Contracting Party through the diplomatic channel.

TITLE VI. REVISIONS AND AMENDMENTS

Article 9

The Contracting Parties may, by mutual agreement and subject to notification, revise or amend the present Supplementary Agreement.

TITLE VII. TERMINATION

Article 10

Termination of the present Supplementary Agreement shall not affect projects in the course of execution unless the Contracting Parties decide otherwise.

TITLE VIII. GENERAL PROVISIONS

Article 11

Matters not provided for in this Supplementary Agreement shall be governed by the provisions of the General Agreement on Co-operation between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Mozambique, of 15 September 1981.

Done at Brasília on 31 August 2004, in two originals, in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Mozambique:

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE
Minister of Defence and Security and of the Interior

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ARRANGEMENT DANS LE DOMAINE DE LA SÉCURITÉ PUBLIQUE,
COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD GÉNÉRAL DE COOPÉRATION EN-
TRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU
BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU MOZAM-
BIQUE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique (ci-après dénommés les "Parties contractantes"),

Considérant les objectifs exposés dans l'Accord général de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique, signé à Brasilia le 15 septembre 1981,

Tenant compte également du Protocole d'Intention entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique relatif à la coopération technique, éducative, scientifique et technologique en matière de sûreté publique, signé le 20 juin 2001,

Déterminés à élargir et à approfondir leurs relations de coopération,

Estimant souhaitable d'encourager la coopération entre les Parties contractantes dans le domaine de la sécurité publique, sur la base des avantages mutuels et de la réciprocité,

Sont convenus de ce qui suit:

TITRE PREMIER. PORTEE DE L'ACCORD

Article premier

Le présent Arrangement complémentaire est établi conformément à l'Accord général de coopération entre la République fédérative du Brésil et la République du Mozambique, signé le 15 septembre 1981, et en vigueur depuis le 8 juin 1984, afin de promouvoir la coopération entre les Parties contractantes dans le domaine de la sécurité publique.

Article 2

La coopération dans ce dernier domaine portera notamment sur les aspects suivants:

- a) coordination des stratégies et échange de renseignements concernant les programmes nationaux de prévention et de lutte contre la criminalité;
- b) coopération technique dans le secteur de la politique nationale de sécurité publique, basée sur l'expérience du Brésil dans la création du système public unique de sécurité;
- c) cours de formation pour le personnel, notamment formation des enseignants et formation des moniteurs;
- d) coopération en matière de mise en place d'un système national de gestion des connaissances et des informations sur la sécurité publique et la justice pénale;

- e) coopération pour la mise en place d'un système national de sécurité publique et de statistiques de la justice pénale;
- f) coopération pour l'établissement d'un système de recherche appliquée en matière de sécurité publique et de justice pénale;
- g) coopération pour l'instauration d'un système d'évaluation de la sécurité publique et de la justice pénale;
- h) études sur la manière de moderniser la gestion des institutions de sécurité publique.

TITRE II. EXECUTION

Article 3

1. Les conditions de la coopération à assurer dans chacun des domaines prévus dans le présent Arrangement complémentaire seront définies au cas par cas dans des projets devant faire l'objet d'une approbation de la part des autorités compétentes des Parties contractantes.

2. Les projets mentionnés ci-dessus seront concrétisés dans des documents de projets et considérés comme faisant partie intégrante du présent Arrangement complémentaire.

Article 4

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne:

- a) le Département national de la Sécurité publique du Ministère de la Justice en tant qu'entité chargée de la mise en oeuvre des activités entreprises conformément à l'article 2 du présent Arrangement complémentaire;
- b) l'Agence brésilienne de Coopération (ABC) en tant qu'entité chargée de la coordination, de la surveillance et de l'évaluation des activités entreprises, conformément au présent Arrangement complémentaire.

c.

Article 5

Le Gouvernement de la République du Mozambique désigne:

- a) le Ministère de l'Intérieur en tant qu'entité chargée de la mise en oeuvre des activités entreprises conformément à l'article 2 du présent Arrangement complémentaire;
- b) le Ministère des Affaires étrangères et de la Coopération en tant qu'entité chargée de la coordination, de la surveillance et de l'évaluation des activités entreprises conformément au présent Arrangement complémentaire.

TITRE III. RAPPORTS

Article 6

Les Parties contractantes, représentées par leurs agences chargées de l'exécution, établissent des rapports décrivant les progrès et les résultats obtenus sur la base du présent Arrangement complémentaire.

TITRE IV. RÉGLEMENTATION DES ACTIVITÉS

Article 7

Toutes les activités mentionnées dans le présent Arrangement complémentaire sont régies par la législation et autres réglementations en vigueur en République fédérative du Brésil et en République du Mozambique.

TITRE V. VALIDITÉ

Article 8

Le présent Arrangement complémentaire entre en vigueur à la date de sa signature pour une durée indéterminée à moins que l'une ou l'autre Partie y mette fin. Dans ce cas, la dénonciation prend effet 6 (six) mois après la date à laquelle la notification acheminée par la voie diplomatique est reçue par l'autre Partie contractante.

TITRE VI. RÉVISIONS ET AMENDEMENTS

Article 9

Les Parties contractantes peuvent, d'un commun accord et sous réserve de notification, réviser ou modifier le présent Arrangement complémentaire.

TITRE VII. DÉNONCIATION

Article 10

La dénonciation du présent Arrangement complémentaire n'affecte pas les projets en cours d'exécution sauf si les Parties contractantes en décident autrement.

TITRE VIII. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 11

Les questions qui ne sont pas traitées dans le présent Arrangement complémentaire sont régies par les dispositions de l'Accord général de coopération entre la République fédérative du Brésil et la République du Mozambique, signé le 15 septembre 1981.

Fait à Brasilia le 31 août 2004, en deux originaux, en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre des Affaires étrangères,

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement de la République du Mozambique :

Le Ministre de la Défense, de la Sécurité et de l'Intérieur,

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE